

Os Repositórios das Instituições de Ensino Superior Portuguesas Estudo Comparativo

Maria Eduarda Pereira Rodrigues
Instituto Politécnico de Castelo Branco- ESACB/ESART
erodrigues@ipcb.pt

Maria João Amante
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
maria.amante@iscte.pt

Clarisse Pais
Instituto Politécnico de Bragança
clarisse.pais@ipb.pt

Susana Lopes
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
susana.lopes@iscte.pt

Teresa Segurado
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
teresa.segurado@iscte.pt

António Moitinho Rodrigues
Instituto Politécnico de Castelo Branco-ESACB
CERNAS-IPCB
amrodrig@ipcb.pt

Os repositórios institucionais (RI) têm, geralmente, objetivos concretos comuns bem definidos e identificados com a estratégia organizacional. Procuram agregar todos os *outputs* científicos das suas instituições e procuram fazê-lo em *open access* promovendo o acesso fácil e global aos resultados da investigação fundamental ou aplicada, desenvolvida pelas instituições/organizações. Para cumprirem esse desiderato na proporção o mais próximo possível dos 100%, socorrem-se de várias estratégias, utilizando quer os instrumentos institucionais disponíveis numa perspetiva formal, tais como os objetivos conjunturais e estruturais das instituições, quer outros mecanismos de motivação como atribuição de recompensas, demonstrações, formação desenvolvida especificamente, eventos científicos, entre outros, tentando aproximar o número de *outputs* científicos depositados anualmente nos RI do número de *outputs* científicos efetivamente produzidos e publicados anualmente por cada instituição/organização.

A literatura publicada sobre esta temática revela que a missão dos repositórios não é fácil e em muitas instituições/organizações os números indicam que o número de *outputs* científicos produzidos e publicados no âmbito de cada instituição para um determinado período está ainda muito afastado do número de *outputs* depositados nos repositórios para o mesmo período. Por outro lado, estudos diversos atestam a importância da existência de documentos de referência no que toca à execução e grau de sucesso dos objetivos delineados para os RI destacando-se as políticas de depósito de documentos, incluindo políticas mandatórias e mandatos, considerando-se outros referenciais tais como mecanismos de avaliação de docentes e investigadores, ou outros instrumentos supra-institucionais que promovam o depósito de documentos nos RI.

Constituiu objetivo deste trabalho verificar a existência de referenciais para o depósito de documentos nos RI portugueses e de que forma é que estes influenciam o depósito da

produção científica das instituições nos RI. O seu âmbito foram os repositórios das instituições de ensino superior portuguesas (IES) presentes no Portal do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), num total de 38 repositórios.

O instrumento de recolha de dados utilizado foi o inquérito por questionário, modelado com recurso ao *Google docs*, distribuído *online* aos administradores/gestores dos repositórios das IES. A estrutura do questionário visou obter informação sobre: a) tipo de IES, dimensão em estudantes e docentes/investigadores; b) data de criação, dimensão, crescimento anual efetivo, dados de utilização, composição da equipa do repositório; c) políticas do repositório; quem propôs e aprovou a política, se a política é mandatária, se está disponível publicamente, cumprimento da política, verificação do cumprimento da política, interação do repositório com outros sistemas de informação internos (nomeadamente, o sistema de avaliação de desempenho docente), interoperabilidade, efeitos sobre o depósito, importância da existência de política no repositório; d) política de preservação digital. A análise dos resultados foi efetuada com recurso ao Programa Estatístico SPSS.

Obtiveram-se um total de 17 respostas, sendo 10 de universidades e institutos universitários (U+IU) e 7 de institutos politécnicos (IP), correspondendo a 44,7% do universo dos inquiridos. As datas de criação dos RI variam entre 2003, mais antiga e 2013, mais recente. 82,4% dos administradores/gestores dos repositórios são bibliotecários. Relativamente ao n.º médio de documentos depositados verifica-se que os RI das U+IU possuem, em média, 12,114,9 documentos os RI dos IP possuem, em média, 4280 documentos. Relativamente ao número de documentos depositados identifica-se uma tendência ($r=0,583; P<0,05$) em que quanto maior número de docentes/investigadores maior número de documentos depositados. Não se identificou uma tendência evidente entre o número de documentos depositados e o número de *downloads*. Há uma relação positiva entre o número de docentes/investigadores e o número de utilizadores registados no RI, verificando-se a mesma situação ($P>0,05$) entre o número de utilizadores registados no RI e o número de utilizadores com permissão para depositar. Verifica-se que 82,4% ($n=14$) dos RI possuem política de depósito de documentos (PDD) e num número significativo destes ($P<0,05$) a PDD é mandatária (64,3%). A totalidade das PDD estão disponíveis publicamente das quais 71,4% nas páginas *web* dos RI e 28,6% nas páginas *web* institucionais. 92,9% das PDD aplicam-se a todas as publicações. Dos RI que têm PDD apenas 28,6% referiram mecanismos de verificação de cumprimento efetuados pelo Repositório e 78,6% ($n=11$) referem incentivos institucionais ao depósito de documentos, em que a maioria indica o sistema de avaliação dos docentes/investigadores. Em apenas 35,7% ($n=14$) o sistema de avaliação dos docentes/investigadores está ligado ao RI. 42,9% dos RI são interoperáveis com sistemas internos de gestão da informação científica e a totalidade dos respondentes considera a interoperabilidade vantajosa para o incremento do RI. 82,4% dos respondentes indicou que a PDD pode contribuir para o incremento do depósito no RI mas apenas 57,1% dos RI que possuem PDD indicam que esta contribuiu efetivamente para o aumento do depósito de documentos. Do total de respondentes apenas 35,3% refere que o RI tem plano de preservação digital.

Como principais conclusões verifica-se que a maioria dos respondentes pertence a IES universitárias sendo que a maioria dos administradores/gestores dos RI são bibliotecários. Verificou-se também que a um maior número de docentes/investigadores corresponde um maior número de documentos depositados. Este número não se reflete no número de *downloads* efetuados sobre esses documentos. Embora se constate que a maioria dos repositórios possui Política de Depósito de Documentos o seu cumprimento apenas é

monitorizado em 28,6% dos RI o que significa que ainda existe margem para melhoria dos mecanismos de alimentação dos RI das IES portuguesas. Todas as políticas estão disponíveis num sítio *web*, o que denota preocupação com a informação ao utilizador final.

As repostas obtidas pela aplicação dos questionários permitiram recolher dados sobre aspetos internos de funcionamento dos repositórios que poderão ajudar no delineamento de medidas que contribuam para melhorar o desempenho dos RI. Em face dos resultados constata-se que, entre outras, as medidas poderão passar pelo desenvolvimento e implementação efetiva de sistemas de incentivo e monitorização concomitante do depósito de documentos no RI por parte da sua comunidade de interesse. Poderá passar igualmente, pela criação de mecanismos de interoperabilidade entre os vários sistemas internos de registo e validação da informação relativa à publicação científica no sentido de agrupar o esforço de trabalho necessário à disponibilização de metadados e documentos, distribuindo-os para vários serviços em simultâneo.